

SAÚDE MENTAL DOS PROFISSIONAIS DA SAÚDE NA PANDEMIA DA COVID-19 EM MS E DF

RELATÓRIO PARCIAL DESCRITIVO DO DF

A Fundação Oswaldo Cruz Mato Grosso do Sul (Fiocruz MS), em parceria com a Fiocruz Brasília e pesquisadores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) e Escola de Saúde Pública (ESP) do estado de MS, está realizando uma pesquisa que tem como objetivo avaliar o impacto dos transtornos mentais no trabalhador e no trabalho em saúde, no contexto da pandemia da COVID-19. Esta pesquisa, iniciada em outubro de 2020, está ocorrendo no estado de Mato Grosso do Sul e no Distrito Federal, contemplando os diversos cenários da atenção à saúde (hospitais, unidades básicas de saúde, clínicas etc.) e inclui profissionais de enfermagem, odontologia, medicina, farmácia e fisioterapia.

Como primeira etapa do estudo, foi avaliada a presença de sintomas dos transtornos de depressão, ansiedade e estresse, para, em seguida, serem identificadas as estratégias utilizadas para o enfrentamento do sofrimento mental na pandemia de COVID-19, por meio de entrevistas e grupos focais.

No DF, a primeira etapa ocorreu no período de dezembro de 2020 a abril de 2021, com a participação de 831 (oitocentos e trinta e um) profissionais da saúde. Os dados apontam a presença de sintomas variáveis (de leve a extremamente severo), segundo a Escala DASS-21, nos transtornos de: estresse (65%), ansiedade (61,6%) e depressão (61,5%).

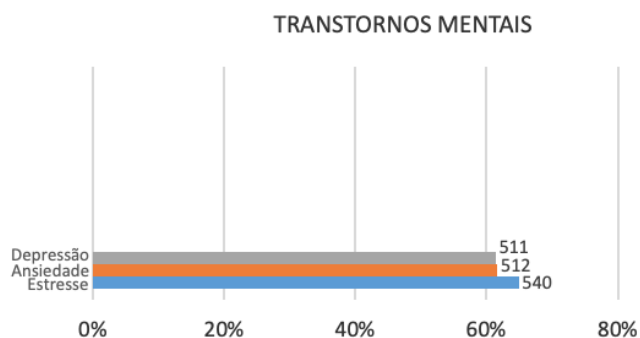


Gráfico 1 – Demonstra o índice dos transtornos mentais encontrados.

Dos pontos importantes das alterações apresentadas no transtorno de ansiedade, a classificação de extremamente severo foi de 281 respondentes (33,8%) e 95 para leve (11,4%). Também foram observadas as classificações, moderada em 77 pessoas (9,3%) e severa para 59 (7,1%).

No transtorno de depressão as classificações variaram de extremamente severa para 178 dos respondentes (21,4%), seguida por 161 casos de ansiedade moderada (19,4%), 92 de severa (11,1%) e 80 casos de ansiedade leve (9,6%).

Em relação ao estresse, os dados apontaram para os seguintes percentuais: para 171 respondentes o estresse se encontrava em nível severo (20,6%), para 162 extremamente severo (19,5%), 128 moderado (15,4%) e para 79 leve (9,5%).

Nota-se então, dos critérios de maior prevalência entre os profissionais da saúde, o predomínio foi para ansiedade e depressão, com a classificação extremamente severo e para o estresse, a classificação severo.

Do total de profissionais da saúde participantes da pesquisa (n=831), a grande maioria era da área da enfermagem (72,4%), seguido por profissionais médicos (11,8%), farmacêuticos (6,5%); fisioterapeutas (5,1%) e da área da odontologia (4,2%). No que se refere a escolaridade, a maior parte tem especialização (43,7%); seguida dos que possuem formação técnico/auxiliar (23,6%); graduação (23,4%); mestrado (7,6%) e doutorado (1,7%).

Nível de Formação dos profissionais

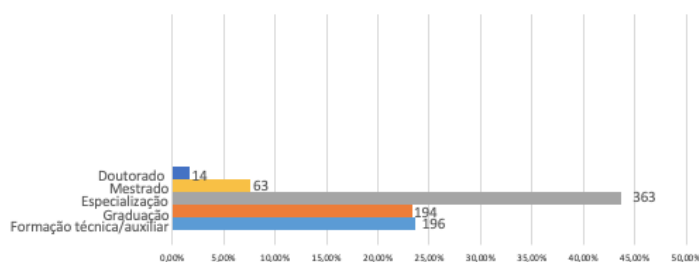


Gráfico 2 – Demonstra o nível de formação dos profissionais da saúde entrevistados.

Ressalta-se que a predominância dos respondentes se deu com moradores da área urbana (96,5%).

Quanto ao perfil sociodemográfico e econômico dos participantes, foi possível observar o estado civil na seguinte ordem: casados ou viviam em união estável (60%); solteiros (31,5%); divorciados (7,6%) e viúvos (0,8%). Se autodeclararam (43,9%) brancos; (42,7%) pardos; (9,7%) pretos; e (3,8%) amarelas.

Segundo os dados levantados, a mediana da renda mensal foi de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), variando de R\$ 3.000,00 (três mil reais) a R\$ 15.000,00 (quinze mil reais). Observou-se também que a renda dos participantes é, na maior parte > 8 salários (43,6%); seguidos de > 4 até 8 salários (23,7%). Posteriormente, temos >2 até 4 salários (19,3%) e até 2 salários-mínimos (13,5%). A maioria possuía somente um vínculo de trabalho (68,1%).

Ao ser questionado sobre o local de trabalho - após orientação de que fosse colocado o local no qual os participantes passavam a maior parte do tempo - os dados mostraram que a maior parte atuou, durante a pandemia, em Hospital/Pronto Atendimento (51,2%), seguida por outros locais (27,9%) e na Atenção Primária a Saúde - APS (15,3%). A carga horária semanal predominante, por sua vez foi de 31 até 40 horas (42,6%), seguida de 41 a 50 horas (21%).

Para a maioria dos participantes, a saúde física foi apontada como moderada (38,3%) seguida daqueles que consideravam sua saúde boa (38%). Na sequência, tivemos aqueles que percebem a saúde em estado ruim (15,2%) e poucos a consideraram excelente (8,5%). Já em relação a saúde mental, evidenciam uma saúde mental moderada (38,7%); seguida de boa (33,8%); ruim (21,3%) e excelente (6,3%).

No momento da pesquisa, a grande maioria não havia recebido diagnóstico da COVID-19 (67,2%). Entre os casos confirmados para COVID-19 (32,8%), a maioria (93,2%) se recuperou e os demais (6,8%) estavam em tratamento.

Na questão das comorbidades, os participantes reportaram terem hipertensão arterial (9,4%), doença respiratórias (5,7%); diabetes (4,3%) e doença cardiovascular

(2%). Em se tratando de transtornos mentais, registraram já terem ansiedade (34,9%); depressão (21,9%); e transtorno de pânico (6,7%).

Quando questionados de que forma a pandemia afetou a ocupação no trabalho, os participantes tiveram a opção de múltiplas respostas nas alternativas sugeridas pelos pesquisadores, devendo descrever a melhor alternativa que se identificaria com seu perfil. Os resultados foram agrupados da seguinte forma: continuaram trabalhando 83,3%; continuaram trabalhando, porém de casa 5,5%; começaram a trabalhar após a pandemia 5,4%; perderam o emprego 3,8% e continuaram desempregados 2%.

Questionados quanto a se sentirem seguros em relação a forma como **o serviço estava organizado e estruturado para o enfrentamento da pandemia da COVID-19**: dos respondentes, a maioria sentia-se segura em parte (44,2%). Aqueles que não se sentiam seguros perfizeram o percentual de 29,8% e que se sentiam seguros, 26,0%. Apesar disso, a pesquisa demonstrou que ainda há a necessidade de equacionar **as ações de enfrentamento** para que a segurança esteja mais bem estabelecida (61,5%).

Antes da pandemia de COVID-19, estavam em tratamento/acompanhamento psicológico ou psiquiátrico 24,1%, tendo esse percentual aumentado em 13,9% entre os profissionais, durante a pandemia.

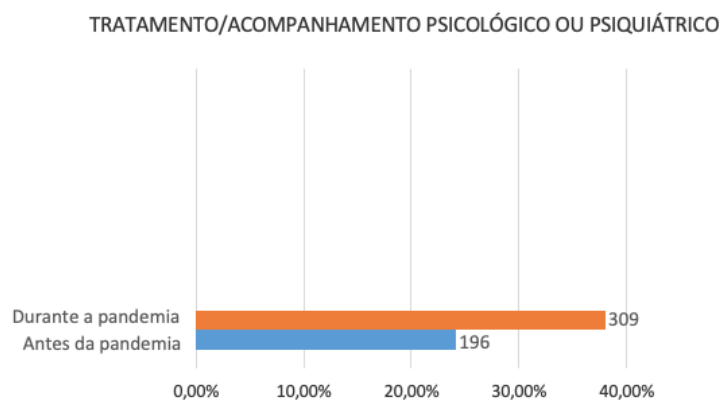


Gráfico 3 – Compara índice de pessoas que recebiam tratamento/acompanhamento psicológico ou psiquiátrico antes e durante a pandemia.



COVID-19

Saúde Mental

Impacto dos transtornos mentais no
trabalhador e no trabalho em saúde



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz
Flores Mello Gressio do Sal



Ministério da Saúde

FIOCRUZ

Fundação Oswaldo Cruz
Brasília



PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

É importante ressaltar que o público que respondeu a pesquisa é, de maioria, do gênero feminino, sendo que dos que apresentaram alguns dos sintomas referentes aos transtornos de depressão, ansiedade e/ou estresse, de leve ao severo, a maioria é do gênero feminino.

O percentil mostrou a variação, dos respondentes, de idade entre 31 e 43 anos, com maior ocupação os hospitais/pronto atendimento e não recebendo diagnóstico de COVID-19 no momento da coleta dos dados. Grande parte relatando que tinha a saúde mental entre moderada e boa e não se sentindo segura com as ações de enfrentamentos da COVID-19.

É notória a necessidade que os setores como: gestão do trabalho, sindicatos dos profissionais da saúde, conselhos de classes das categorias e serviços da saúde, além dos profissionais e obviamente, seus familiares, estejam atentos em relação à saúde dos profissionais da linha de frente, ou seja, os profissionais da área da saúde. Neste sentido, urge um olhar mais transparente sobre eles, sobretudo, no caso do DF, nos hospitais/pronto atendimento que é a Rede de Atenção às Urgências.